

## O Desafio da Competição

Edmundo Figueirôa \*

A velocidade com que se operam as transformações recentes por que passa a economia brasileira, especialmente no âmbito do comércio internacional, vem tornando imperativa a necessidade de rápidos ajustes de caráter tecnológico e organizacional, muitas vezes traumáticos para alguns setores que, desestruturados, procuram rapidamente se adequar à nova ordem mundial.

O fluxo comercial ganha cada vez mais impulso, especialmente com a incorporação ao mercado mundial de países que antes viviam sob regimes comunistas e que hoje expõem seus produtos a um confronto internacional de competitividade.

Blocos visando o reforço de interesses internos são formados na Ásia, Europa, América do Norte e do Sul, objetivando a unificação de mercados, de tarifas e de legislação, a especialização de processos fabris em função de vantagens comparativas e a ampliação da capacidade regional de competitividade internacional. Os produtos são dirigidos aos consumidores em um mercado que se apresenta cada vez mais globalizado, onde a eficiência na alocação dos recursos produtivos é fator decisivo na conquista de novos espaços.

No Brasil, os primeiros movimentos que antecederam o processo de abertura comercial se iniciaram, timidamente, em 1988, com a eliminação parcial dos regimes especiais de importação.

Fechada desde a segunda guerra mundial, com tarifa média de importações de 45% e com um desvio padrão de 20%, ficava evidenciado, na economia brasileira, o tamanho da barreira criada para inviabilizar a entrada de produtos no país, a partir de uma deliberada política de proteção tarifária. Neste período, buscaram-se alternativas internas que substituíssem as importações e induzisse ao crescimento econômico. Objetivava-se a substituição de importações, inicialmente nas indústrias de bens de consumo durável e em seguida nas indústrias de bens de capital e de insumos intermediários. O Estado passou a ocupar mais espaços, assumindo diferentes papéis na economia.

O modelo implementado, no entanto, se esgotou e o fechamento da economia passou, em face da sua longa duração, a proteger e encobrir a ineficiência produtiva de diversos setores os quais, sob a cortina de um forte processo inflacionário, não alocavam adequadamente os seus recursos, não acompanhavam efetivamente os seus custos de produção e transferiam para os preços dos produtos/serviços os custos de um "paternalismo estatal" que não permitia a competição externa como balizador da qualidade e dos preços dos seus produtos.

Com a entrada em vigor, em 15 de fevereiro de 1991, do cronograma de redução gradual das alíquotas de importação, completou-se o conjunto de medidas iniciadas em março de 1990 com a reforma da Lei de Tarifas, visando a liberalização do comércio exterior brasileiro. A desregulamentação da economia passou a ser tema das principais discussões. Critérios altamente discricionários e subjetivos, a exemplo das restrições não-tarifárias ou controles administrativos foram sendo eliminados, ou reduzidos a níveis mínimos.

A partir de 1993, a política de proteção à produção interna, baseada principalmente em elevadas taxas de importação, perde totalmente sua força. Seguindo tendência mundial de abertura de mercado, são reduzidas as alíquotas de 200% para até 2%, ou mesmo ficam isentos do Imposto de Importação mais de 5 mil itens.

### Tarifas de Importação Brasil 1989/94

Ano	Média	Em (%)
		Desvio-padrão
1989	41,0	19,1
1990	32,2	19,6
1991	25,3	17,4
1992	21,2	14,2
1993	17,1	10,7
1994	14,2	7,9

Fonte: FIPE(1)

A economia brasileira passa a apresentar, já em 1994, uma tarifa média de importações de 14,2%, com

um desvio-padrão de 7,9%, compatível com as praticadas nas economias mais abertas do mundo. A entrada em vigor do MERCOSUL acelera, ainda mais, o ritmo do intercâmbio comercial, provocando uma avalanche de produtos importados.

É importante ressaltar que, depois de um prolongado período de fechamento econômico, um expressivo número de indústrias, especialmente aquelas que atendiam exclusivamente ao mercado interno, condicionaram-se ao padrão doméstico de qualidade, não sendo molestadas por produtos forâneos que ameaçassem as suas fatias de mercado. Os oligopólios se formavam e ganhavam cada vez mais poder, dada a concentração dos incentivos que se afunilavam na direção das vendas nos mercados interno e externo, favorecendo poucas porém grandes firmas. Estas atuavam praticamente sem concorrência e agiam com força suficiente para, na queda de braço que travavam com o governo, conseguir aumentar os preços dos seus produtos, como forma de manutenção de margens comerciais. A preocupação básica era, dados os níveis inflacionários, quase que exclusivamente com o caixa. Desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias, investimentos em P&D, treinamento, aprimoramento do processo produtivo, racionalização dos custos e especialização da mão-de-obra, não estavam na ordem do dia na programação da maior parte das empresas.

Com o Plano Real e a liberalização tarifária, passou a ocorrer abrupta inversão do fluxo de comércio internacional e, como consequência, do sinal do saldo da balança comercial. A política de estabilização econômica implementada, ancorada no câmbio valorizado, estimulou as importações que funcionaram como freio aos aumentos de preço de determinados produtos no mercado interno, ajudando na manutenção de baixos níveis de inflação. Contudo, para conter o repentino crescimento do consumo, estimulado sobretudo pelo ganho obtido na retirada do imposto inflacionário, o governo implementou uma política de juros altíssimos, associada a severas restrições creditícias que impuseram um freio repentino ao nível insustentável de crescimento da demanda agregada.

Se, por um lado, logrou-se uma rápida redução do ritmo de crescimento que se acelerava exponencialmente desde o primeiro semestre de vigência do plano, por outro, em função da elevada taxa interna de juros reais, abrimos o flanco para a entrada de capitais voláteis oriundos de economias com inflação entre 2 e 10% a.a., e com taxa de juros anuais entre 1 e 4%.

Não é preciso ser analista para perceber que a expectativa de um rápido retorno do capital investido funciona como forte atrativo a aplicações especulativas que, não respeitando fronteiras ou bandeiras, invadem países na euforia de ganhos imediatos, mas que, com a mesma fluidez, podem sair em revoada caso surjam praças mais atraentes, sem gerar um único emprego.

Segmentos da indústria local que se entusiasmaram com o pico de demanda na estréia do plano mas não se adequaram aos novos parâmetros concorrenciais se encontram, agora, em uma situação, no mínimo delicada, tentando resolver uma equação cujos principais termos são: decisão de investir em um ambiente de incerteza diante da possibilidade de adoção de medidas contracionistas e necessidade de investir para elevar os níveis de competitividade e para não perderem seus próprios mercados.

A elevada taxa de juros reais - mais de 20% a.a. - está, no entanto, inviabilizando a obtenção doméstica de financiamento para adequação tecnológica e organizacional de diversos segmentos do parque industrial brasileiro, necessária a um confronto competitivo, além de estar provocando velozmente o aumento do déficit nas contas do governo.

A obtenção de financiamentos externos de longo prazo e com taxas de juros compatíveis não é uma tarefa fácil e acessível a todos os setores da economia. São as grandes corporações, especialmente aquelas associadas ao capital estrangeiro, as que conseguem captar estes recursos.

A dívida interna do país, por outro lado, passa a preocupar a equipe econômica, pelo seu caráter estrutural, onde não apenas a questão dos juros - como seu principal componente - interfere na sua rápida ascensão, o mesmo ocorrendo com a elevação das despesas não-financeiras.

**A elevada taxa de juros reais - mais de 20% a.a. - está inviabilizando a obtenção doméstica de financiamento para adequação tecnológica e organizacional de diversos segmentos do parque industrial brasileiro.**

Os indícios, no entanto, são de que a sua solução está sendo condicionada às reformas estruturais - fiscal, administrativa e previdenciária -, para o ajuste das contas do governo, onde a última poderia, a partir da criação dos fundos de pensão, financiar grande parte da necessidade interna de investimento. A tributária alteraria o perfil dos tributos, a base de arrecadação e a distribuição de competências, visando desonerar a produção e reduzir o chamado "Custo Brasil".

As perspectivas de alteração de todo este quadro em curtíssimo prazo parecem remotas, dada a complexidade dos temas, os quais exigem acurada reflexão e discussão com a sociedade, e o pesado jogo de interesses que envolve os diversos segmentos políticos.

A velocidade requerida para a solução de problemas desta natureza, portanto, não está ajustada ao *timing* da realidade econômica em curso. Enquanto isso, a dívida mobiliária do governo está sendo devidamente nutrida pela selvagem taxa de juros fixada pelo Banco Central, eliminando um volume monumental de recursos indispensáveis aos investimentos de base, importantes na criação de economias externas, fundamentais para a sustentação do processo de reestruturação econômica.

Não há recessão. Esta é uma frase ouvida nos quatro cantos do país, expressa por quem, pilotando a estabilidade econômica, move apenas dois botões (juros e câmbio) do complexo painel de controle da economia. As razões para esta afirmativa respaldam-se nas premissas macroeconômicas de um crescimento do PIB de cerca de 5% para 1995, com possibilidade de pequenas variações para os próximos anos. Complementam este quadro uma inflação anual de pouco mais de 20% e o crescimento das exportações a partir do segundo semestre de 1995 tornando positivos os saldos da balança comercial.

Constata-se, entretanto, uma taxa de desemprego bastante expressiva, que deixa dúvidas quanto a sua classificação (conjuntural? Ou estrutural?). Em

realidade, o problema não se resume em "batizar" o desemprego. Ele existe e faz engrossar ainda mais o exército de mão-de-obra que perdeu postos de trabalho, reduzidos, sistematicamente, em função de problemas conjunturais com os quais o brasileiro "convive". Este quadro é agravado pelos ajustes tecnológicos ou estruturais, que praticamente inviabilizam o retorno ao mercado deste contingente de desempregados, os quais, provavelmente, não serão absorvidos integralmente pela terceirização - que tende a predominar nas relações atuais de trabalho - nem mesmo pelo setor de serviços.

Sem o amparo de políticas compensatórias que objetivem a criação de novas oportunidades no mercado de trabalho, o desemprego no país poderá assumir proporções alarmantes, neutralizando, em pouco tempo, os efeitos positivos do plano Real.

A questão crucial reside, também, nos investimentos públicos, que poderiam amenizar o desemprego e que, no entanto, encontram-se em níveis extremamente reduzidos, seja em infra-estrutura básica ou mesmo em áreas como educação e saúde. Ao mesmo tempo, alardeiam-se situações de "falências" generalizadas em todas as esferas de governo que vislumbram na reforma administrativa a possibilidade de alívio de suas contas. Daí resultando, como consequência, a demissão de funcionários.

Em um país continental, com alarmantes desigualdades regionais, com uma distribuição de renda das mais perversas do mundo e indicadores sociais que, em algumas regiões, se aproximam dos de Bangladesh, não é permitido pensar que apenas a lógica do capitalismo sem uma correta e oportuna ação governamental, solucione ou minimize as seqüelas que irão advir de um processo acelerado de inserção no mercado globalizado e competitivo.

Nota:

(1) - Tendência da Economia Mundial e a Abertura Comercial Brasileira (Simão D. Silber)

\* Edmundo Figueirôa é Economista e Gerente de Estudos Econômicos da SEI.